



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

PEDAGOGIA SOCIAL: ANTECEDENTES, INSPIRAÇÕES E TENDÊNCIAS

VANESSA CHRISTINE DE SOUZA

RIO DE JANEIRO

2013

PEDAGOGIA SOCIAL: ANTECEDENTES, INSPIRAÇÕES E TENDÊNCIAS

VANESSA CHRISTINE DE SOUZA

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado à Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito final para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Marcio da Costa Berbat (Orientador)
Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro - UNIRIO

Rio de Janeiro
Dezembro
2013

PEDAGOGIA SOCIAL: ANTECEDENTES, INSPIRAÇÕES E TENDÊNCIAS

VANESSA CHRISTINE DE SOUZA

Avaliada por:

Data: ____ / ____ / ____

Diógenes Pinheiro

Escola de Educação – Departamento de Fundamentos da Educação

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

*Não posso ser professor se não percebo cada vez
melhor que, por não poder ser neutra, minha prática
exige de mim uma definição.
Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura.*

Paulo Freire, Pedagogia da Autonomia, 1997.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos, meus maiores mestres, aqueles que me ensinam a cada dia a superar desafios. Ao meu filho Matheus cujo nascimento me possibilitou sentir uma enorme vontade de conhecer o universo pedagógico e tudo sobre formação humana, o que me fez retornar à trajetória acadêmica e escolher a Pedagogia como profissão.

Ao meu filho Miguel, que me permitiu observar na prática e com muita proximidade, tudo aquilo que aprendi na universidade sobre desenvolvimento infantil.

Aos meus pais por todos os sacrifícios e renúncias que fizeram por mim e pelos valores e princípios que me ensinaram e que eu levarei por toda a vida. Ao meu pai Roberto por ter me ensinado desde criança que a educação é a maior e mais rica herança que um pai pode deixar para um filho.

A minha mãe Lúcia pelo auxílio prestado durante esses quase cinco anos de curso, cuidando da minha família para que eu pudesse chegar até aqui, pelo exemplo de dedicação e bondade e pelo carinho e amor que sempre me concedeu desde que me acolheu em seu ventre.

À minha tia e madrinha querida, minha segunda mãe, Lena, que hoje não se encontra mais entre nós, mas que é ainda e sempre será uma pessoa muito importante na minha vida. Quem ajudou a me educar e que com seu exemplo de mulher guerreira, sempre me inspirou e orgulhou.

E por último, mas não em dimensão menor, ao meu marido David, meu melhor amigo e companheiro de todas as horas que sempre incentivou minha escolha e sempre me possibilitou caminhar pelo árduo, porém gratificante percurso acadêmico.

A vocês dedico este trabalho e todo o amor que me permitiram experimentar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Márcio da Costa Berbat que aceitou me orientar, mesmo conhecendo a complexidade do tema escolhido por mim, quem sempre me incentivou e estabeleceu um diálogo aberto, para que este trabalho pudesse ser desenvolvido dentro dos propósitos que o originaram.

Agradeço também aos amigos e companheiros de estudos Sebastião Sant'anna e Larissa Borges pela cumplicidade e auxílio durante quatro anos e meio de graduação.

Ao professor Diógenes Pinheiro, por ter aceitado generosamente ler e avaliar este trabalho.

Ao Geógrafo Jailson de Souza e Silva, pela generosa receptividade e conversa na Sede do Observatório de Favelas no Rio de Janeiro.

E por fim, agradeço a todas as crianças, por conterem em si uma inocência peculiar à sua condição pueril e que por isso, se expostas a um trabalho pedagógico original em seus reais preceitos, podem transformar nossa sociedade em um lugar mais justo, igual e digno para se viver.

VANESSA CHRISTINE DE SOUZA. **PEDAGOGIA SOCIAL: ANTECEDENTES, INSPIRAÇÕES E TENDÊNCIAS.** Brasil, 2013, 52 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Escola de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso expõe de maneira geral tudo o que foi apreendido durante a graduação em Pedagogia, enquanto estudo científico da formação social humana e compreensão de todas as suas relações e criações. Porém, aborda um recorte específico dentro do abrangente universo da educação. O enfoque deste ensaio é direcionado à Pedagogia Social como teoria da Educação Social que por meio de ações práticas cotidianas, coordenadas com finalidade socioeducativa, podem auxiliar a escola a formar cidadãos conscientes de seu lugar no mundo e de suas responsabilidades por ele. Ao entender que as relações sociais são processos educativos e que estas acontecem constantemente no mundo, pode-se reconhecer a amplitude que toma a educação, expressa em sua multiplicidade e diversidade de práticas e atuações. Sendo assim, a educação não pode estar sob um olhar reducionista concentrado apenas nas práticas e espaços escolares. Este trabalho insiste na ideia de formação de uma sociedade mais justa através do que o trabalho educativo pode vir a fazer quando está direcionado à inclusão social, por meio da socialização do conhecimento e de ações socioeducativas. A democratização da educação aqui é vista como um objetivo a ser alcançado por quem não demonstra outros interesses a não ser a partilha de bens e direitos sociais de forma igualitária. Neste sentido, reunir as práticas socioeducativas cotidianas e direcioná-las de modo a permitir o acesso ao que pode construir o homem e transformar sua realidade, se apresenta como uma alternativa possível ao nosso alcance, enquanto sociedade civil. Sem precisarmos esperar por uma solução para os impasses referentes à educação, por parte de quem detém meios legais, porém burocráticos, para resolvê-los. A partir destas reflexões, a fundamentação desse trabalho foi construída sobre estudos de autores como Maria da Glória Gohn, Paulo Freire, Fernando de Azevedo, Moacyr Gadotti, Evelcy Machado, Roberto da Silva, Dalila Andrade Ferreira, Juliana Graciani, Leilah Landin, Boaventura de Souza Santos, entre outros que entendem a Pedagogia Social como a teoria da Educação Social, aquela que concede oportunidades aos que estão distantes de usufruir todo o bem que a educação pode proporcionar.

Palavras-chave: Pedagogia Social; Educação Social; Direitos; Sociedade.

INDICE DE SIGLAS

ABES – Associação Brasileira de Educação Social

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

CF – Constituição Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ESPOCC – Escola Popular de Comunicação Crítica

ICCO – Organização Intereclesiástica para Cooperação e Desenvolvimento - (Holanda)

IETS – Instituto de Estudo sobre Trabalho e Educação

LDBEN – Lei de Diretrizes e Base para a Educação Nacional

OF – Observatório de Favelas

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OS – Organização Social

OSC – Organização da Sociedade Civil

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

REDES Maré – Rede de Desenvolvimento da Maré

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo

Sumário

Resumo _____	07
Introdução _____	10
Capítulo 1: Pedagogia Social: Contexto Histórico e Social, Desenvolvimento e Objetivos _____	15
1.1: Gênese da Pedagogia Social – Trajetória no mundo _____	16
1.2: Trajetória no Brasil _____	18
1.2.1: O Sentido da Pedagogia Social no País _____	21
Capítulo 2: Pedagogia Social: Diálogos Possíveis _____	24
2.1: Educação como Direito Social _____	24
2.2: Educação e Políticas Públicas _____	27
2.3: Educação não formal: Prática da Pedagogia Social como Complementação do Atendimento ao Direito à Educação _____	31
2.4: Pedagogia Social e Organizações da Sociedade Civil: Complementando a Educação Escolar para o Atendimento Integral do Direito à Educação _____	33
Capítulo 3: O caso do “Observatório de Favelas”: uma OSCIP a serviço da integração social _____	40
Considerações Finais _____	46
Referências Bibliográficas _____	49

Introdução

A investigação aqui apresentada nasceu da necessidade de compreender sobre possíveis estratégias que venham a solucionar as questões sobre a democratização do conhecimento, reforçando a importância da ampliação do trabalho pedagógico para além da escola regular, reconhecendo as diversas práticas socioeducativas como meio de acesso ao conhecimento por grande parte da população.

O caráter inclusivo do trabalho exercido pela Pedagogia Social é o que se tem a oferecer quando o intuito é a diminuição das diferenças sociais, tendo como resultado o desenvolvimento e progresso humano.

Embora a responsabilidade sobre a oferta de educação esteja a cargo do Estado, através da legislação brasileira, são reconhecidos os desafios e limitações desse serviço prestado à população.

Várias são as possíveis justificativas, seja por descaso por parte das autoridades, seja por dificuldades de elaboração e execução de políticas públicas educacionais eficazes, seja pela dimensão geográfica do país que dificulta o conhecimento das necessidades regionais, seja por uma questão cultural que não permite uma maior integração e coesão social, seja por herança histórica de uma colonização exploradora, seja intencional por uma questão ideológica de reprodução e perpetuação de um sistema liderado pelas elites.

Quaisquer que sejam as razões e/ou possíveis soluções, estas não diminuem a defesa do aprofundamento dos estudos na área da Pedagogia Social, campo de pesquisa recente no Brasil, que encontra respaldo quando são percebidos os prejuízos ao longo prazo que acometem uma sociedade desprovida deste direito básico e universal que é o acesso à educação. Prejuízos de práticas sociais emancipadoras encontradas na constituição brasileira, podemos citar o exemplo da marginalização de grande parte da população urbana privada de vários direitos, o que tem como um dos desdobramentos, o aumento da violência urbana.

O trabalho que aqui se descreve abrange desde a gênese da Pedagogia Social no contexto histórico internacional e brasileiro, até sua atuação como fundamentação teórica de práticas inclusivas exercidas pela Educação não formal, trabalho este realizado por

algumas instituições conhecidas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Ainda que nos dias atuais um grande contingente populacional usufrua de seu direito, frequentando escolas da rede oficial (pública ou privada) de ensino, sabemos que apenas a escola não consegue suprir todas as necessidades educacionais de nossas crianças e jovens. Pois, esta não incorpora ainda todas as dimensões educativas necessárias para que promova a emancipação dentro do contexto social que se insere.

Muitos estudos são direcionados à identificação das origens e causas dos problemas referentes ao “fracasso escolar” e/ou incapacidade da escola de proporcionar um grau de conhecimento satisfatório. Muitas causas já foram identificadas, muitos projetos já foram idealizados, assim como também possíveis soluções.

Entretanto, são muitos os entraves que se apresentam frente à realização desses projetos, o que faz com que os avanços necessários para a evolução da nossa educação sejam mais lentos do que a demanda desse direito por grande parte da população.

Como então possibilitar o acesso a tudo o que a educação e o conhecimento podem proporcionar, até que o Estado consiga superar todos os impasses e possa enfim cumprir seu papel de forma plena e constitucional?

A educação não formal, apresentada como prática da pedagogia social vem a ser uma aliada no processo de democratização da educação. Democratização no sentido em que pode abrir as portas do mundo para aqueles que passariam toda a infância e juventude à espera de mudanças significativas no contexto político, econômico e social do qual estão à margem. Segundo GOHN (2006),

A educação não formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano à civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, individualismo, etc (GOHN, 2006, p. 27-38).

O trabalho educacional que a Pedagogia Social defende se apresenta como uma possibilidade frente à falta de perspectivas de crianças que crescem em comunidades carentes dos grandes centros urbanos. Trabalho este realizado por algumas das Organizações da Sociedade Civil de Interesses Públicos, as OSCIP's existentes, não só é possível, como configura uma alternativa que pode alcançar o sucesso quando direciona seu foco à inclusão através da educação.

Mesmo que receba críticas e sejam enxergadas como instrumentos de validação ideológica do neoliberalismo, algumas destas instituições não são vinculadas à essa ideologia e conseguem lapidar muitos jovens, descobrindo e incentivando talentos, enriquecendo-os com conhecimento que jamais teriam acesso apenas pela Educação formal (educação escolar) e/ou pela Educação informal (convívio familiar e social fora do ambiente escolar), possibilitando a esses jovens alcançarem autonomia e emancipação.

A pedagogia social analisada sob este enfoque, embora possa ser interpretada como algo que favoreça a transferência da responsabilidade educacional do Estado para a sociedade civil, pode apresentar como resultado exatamente aquilo o que é defendido pelos que mais duramente a critica: a formação de sujeitos capazes de pensar criticamente, através de uma conscientização de seu papel na sociedade. Desenvolvidos em sua autonomia, capazes de se inserir no mundo de forma digna, tendo aproveitado, se não todas, pelo menos muitas das mesmas oportunidades que têm quaisquer outros jovens com mais recursos financeiros.

Mesmo compreendendo e concordando que a educação é um dos direitos básicos que o Estado tem a obrigação de oferecer de maneira satisfatória e qualificativa, esse estudo pretende defender a urgência de se concretizar projetos pedagógicos que de fato consigam libertar crianças e jovens das mazelas proporcionadas por um sistema econômico e social excludente. Por mais que se almeje uma ressignificação do sistema vigente, não se dispõe de tempo para o aguardo de tão necessárias e desejadas mudanças nos campos político, social e educacional. Estamos nos referindo à infância, o período do desenvolvimento humano mais fértil quando se diz respeito à aprendizagem.

O referencial aqui é a criança que precisa ser inserida o quanto antes numa atmosfera propícia à construção do conhecimento, necessária para fazer dela sujeito consciente de seu lugar no mundo e de sua responsabilidade por ele. Na contramão do

que muito se defende a Pedagogia Social percorre o caminho inverso na tentativa de assegurar que essa necessidade humana seja garantida. Enquanto se advoga que a mudança nasça do político-econômico-social, a Pedagogia Social age no social para colher os resultados no espaço econômico e político.

Existem algumas instituições que exemplificam esse modelo de trabalho social que conseguiram surdir muitos jovens, desvelando seus talentos e preservando-os da marginalidade. A atuação da sociedade civil representa uma tentativa plausível de atender à demanda populacional por educação da qual o Estado ainda não consegue suprir sozinho. Não se trata de uma substituição de um dever, mas sim de uma complementação, a fim de garantir certa qualidade definida como algo que possibilite alcançar a liberdade e a emancipação. Para GOHN (2006):

Entendemos a Educação não formal como aquela voltada para o ser humano como um todo, cidadão do mundo, homens e mulheres. Em hipótese alguma, ela substitui ou compete com a Educação formal, escolar. Poderá ajudar na complementação dessa última, via programações específicas, articulando escola e comunidade educativa localizada no território de entorno da escola. A Educação não formal tem alguns de seus objetivos próximos da Educação formal, como a formação de um cidadão pleno, mas ela tem também a possibilidade de desenvolver alguns objetivos que lhes são específicos, via a forma e espaços onde se desenvolvem suas práticas, a exemplo de um conselho ou a participação em uma luta social, contra as discriminações, por exemplo, a favor das diferenças culturais etc. Resumidamente podemos enumerar os objetivos da Educação não formal como sendo: a) Educação para cidadania; b) Educação para justiça social; c) Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.); d) Educação para liberdade; e) Educação para igualdade; f) Educação para democracia (GOHN, 2006, p. 27-38).

A inserção desde cedo numa cultura a que não se tem acesso, pode transformar a relação com a escola na medida em que torna familiar o conhecimento sugerido por ela, rompendo um ciclo de reprodução de ausências que perversamente restringe a capacidade crítica e a liberdade. A oferta de atividades complementares como estudo de línguas, informática, prática de esportes, música, teatro, cultura brasileira, economia doméstica, artes, noções básicas sobre o sistema político governamental, ética e cidadania, e até

reforço escolar surgem aqui como uma possibilidade de integrar as crianças das classes mais pobres, retirando-as do ciclo de miséria e violência que vem há tempos determinando seu futuro. E ainda possibilitar através de posturas democráticas, o desenvolvimento do senso coletivo. Substituindo dessa forma, a hierarquização vivenciada tanto na escola como na sociedade, por uma conscientização coletiva, promovendo a cidadania.

É o caso do trabalho realizado pela OSCIP: “Observatório de Favelas” que embora não atue só em educação, consegue traçar uma trajetória de sucesso ao oferecer oportunidades como cursos preparatórios para concursos, cursos de fotografia e diversas atividades, não só complementares à educação escolar, como também ações que incorram novas concepções sobre a sociedade como processo de formação cidadã, aos moradores do complexo de favelas da Maré, situado no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro.

Para melhor diálogo do leitor com o texto, este trabalho de investigação foi dividido em três capítulos: no primeiro uma breve colocação sobre a importância da educação para a formação humana, seguida de uma investigação sobre a gênese da Pedagogia Social e sua relação com o contexto histórico que a originou, seus desdobramentos e surgimento no Brasil.

No segundo capítulo, a abordagem é direcionada à investigação sobre quais os possíveis motivos que levam o exercício do direito à educação ocorrer de forma fragmentada e incompleta. Para isso são dedicadas linhas ao reconhecimento da educação como direito, assim como a identificação do seu caráter múltiplo. E nesse sentido, são referenciadas todas as possíveis formas de garantir que esse direito básico e universal seja exercido por todos, ainda que fora dos espaços oficiais destinados a esse fim.

Encerrando com o terceiro capítulo, onde é descrita a experiência de uma instituição organizada por membros da sociedade civil, que coloca em prática a Pedagogia Social e consegue ser bem sucedida em seu propósito de oferecer oportunidades aos moradores de uma comunidade carente que, talvez sem essa intervenção, jamais teriam acesso às atividades que lá acontecem e que de fato fazem diferença em suas vidas.

Capítulo 1

Pedagogia Social: Contexto Histórico e Social, Desenvolvimento e Objetivos

Viver para conhecer, conhecer para transformar, transformar para viver. É inerente ao homem a aspiração pelo conhecimento, este se faz indispensável à sobrevivência humana. É o que difere o homem do animal, pois a partir do conhecimento o homem transforma a natureza e a submete, não necessitando mais se adequar a ela para manter-se vivo. O acesso ao conhecimento é conduzido pelo processo educativo, o que vai possibilitar a imersão na cultura e a inserção social.

“O homem é um ser social”. Esta frase define tão completamente em poucas palavras a natureza humana, que poderia dispensar qualquer explicação, se todo homem fosse conscientizado sobre a importância das relações sociais para a constituição de sua condição humana. Por estarmos imersos numa cultura individualista, a lógica sócio-comunitária, imanente à natureza humana, se afasta das práticas cotidianas fazendo com que fique esquecido o sentido de coletividade e cooperação.

A educação é o meio pelo qual o homem se torna capaz de viver em sociedade, é um dos pressupostos que garantem sua sobrevivência, pois faz parte de sua natureza relacionar-se com o outro e viver em grupos e para que tal fato seja possível, é preciso dominar os instintos, educar as mentes, educar-se mutuamente tendo o espaço de convivência em comum como mediador das relações. Segundo Freire: “(...) os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1978, p.79).

No pensamento de Freud, movido por uma necessidade psicológica de proteção, o homem agrupa-se para garantir a sua sobrevivência e estabelece interações através do convívio com seus semelhantes. Já para Vigotski, o homem se forma por estas interações, sendo impossível sua sobrevivência em estado solitário.

A importância da vida em sociedade é ressaltada quando se percebe a necessidade da convenção de regras, o conhecimento e respeito delas, para que tenha suporte o convívio social, haja vista que apenas desta maneira seja possível a evolução da espécie humana.

Toda esta explicação convém para que se torne compreensível a educação como elemento essencial para o surgimento do ser social. Mais que isso, a educação é fator crucial para o desenvolvimento e sobrevivência humana.

Ao longo da história da humanidade muitas sociedades se consolidaram e deixaram de legado suas descobertas, porém não as socializaram de forma plena e justa entre seus membros. Desde os mais remotos tempos, o acesso ao conhecimento era um privilégio para poucos. O acesso à educação ainda na atualidade é uma questão problemática por não acontecer naturalmente, como acontece no homem o desejo e a necessidade de se adquirir conhecimento, desde cedo expressados pela curiosidade infantil.

Em tempos de enorme desigualdade econômica e social, emerge uma vontade de instituir justamente as mesmas possibilidades para todos. Neste contexto surgem pensamentos e teorias que repensam democraticamente a educação, intuindo a socialização do conhecimento. Sob esta lógica se desenvolveu o conceito de Pedagogia Social.

1.1: Gênese da Pedagogia Social: Trajetória no Contexto Internacional

O conceito pensado pelo que conhecemos por Pedagogia Social surgiu na Alemanha em meados do século XIX. Essa concepção de educação eclodiu frente às desigualdades e problemas sociais resultantes do sistema econômico vigente que já começava a vitimar grande parte da população.

A Revolução Industrial foi um importante marco histórico da nossa civilização, pois fez emergir um novo sistema econômico que transformou profundamente as relações sociais e políticas, trazendo significativas diferenças sociais. A Pedagogia Social nasceu da necessidade de amenizar as dificuldades e promover o desenvolvimento humano dentro deste contexto desfavorável.

Os primeiros escritos sobre o tema foram de autoria do educador e linguista alemão Karl F. Mager que em maio de 1840 publicou a primeira edição do jornal “Pädagogisch Revue” (Revista Pedagógica) onde defendia que a educação deveria ser considerada em seu sentido mais amplo, universal, como provedora de cultura para a

sociedade e não como formadora individual. Mager cunhou o termo “Pedagogia Social” em 1844 em uma das edições de seu jornal. Mais tarde em 1890, o filósofo e pedagogo também alemão Paul Natorp deu continuidade ao tema defendendo-o em seu livro “Sozialpädagogik”, como uma síntese de medidas educacionais especiais necessárias para resolver problemas resultantes das transformações ocorridas na sociedade moderna. Dentre estas medidas estão, segundo Natorp, reformas no modo de pensar a educação dentro do âmbito familiar, na autoeducação voluntária dos indivíduos em todas as experiências sociais e na implementação de um consistente sistema educacional estatal.

O processo de industrialização na Alemanha ocorreu tardiamente, com isso o país perdera espaço na corrida imperialista, ficando atrás das grandes potências mundiais. Era preciso alcançar o status de grande potência e para isso a Alemanha acelerou sua produção industrial, desenvolvendo-se rapidamente e ganhando destaque no cenário econômico e político. A meta era “a política mundial como missão, potência mundial como objetivo, esquadra como meio.” segundo a determinação do imperador Guilherme II, por volta de 1890.

A filosofia política alemã na época era a Social Democracia, ainda que a favor do liberalismo econômico e propriedade privada, buscava preservar os direitos e o bem-estar de seus cidadãos. Por isso os governantes alemães desenvolveram uma política interna com ênfase no trabalho social prestado à população, pois acreditavam que uma nação desenvolvida e próspera deveria ser composta de uma sociedade assistida em suas mais básicas necessidades. A Alemanha buscou instaurar um sistema de proteção de caráter assistencial (Fürsorge/Wohlfahrtspflege), como forma de abrandar as consequências da nova ordem econômica a qual havia aderido. Este pensamento era compatível com o crescente clima nacionalista que se estabelecia na sociedade alemã.

Partindo destes pressupostos, o trabalho de assistência e cuidado social adotado encontrou na educação uma ferramenta de uso preventivo às mazelas causadas pelo capitalismo. Desta forma, o trabalho socioeducativo era realizado como medida preventiva para salvar crianças e jovens de um futuro sombrio. O movimento chamado

Pedagogia da Reforma¹, direcionado aos jovens e o Kindergarten de Froebel², que conhecemos como Jardins de Infância nasceram desse modo de pensar a educação como prevenção das dificuldades sociais.

O foco na prevenção e não somente na intervenção de problemas já existentes fez com que o trabalho social pedagógico realizado pela Alemanha ganhasse notoriedade e diferenciação no contexto mundial e por estas razões o país passa a ser considerado o berço da Pedagogia Social.

1.2: Trajetória no Brasil

As primeiras práticas educativas que tomaram uma significativa dimensão com o intuito de inserção social aconteceram nas escolas comunitárias dos operários de fábricas em São Paulo e Rio de Janeiro no início do século XX. Inspirados nos modelos da escola libertária³, os imigrantes europeus trabalhadores da indústria brasileira, trouxeram os

1 Pedagogia da Reforma - Pensamento educacional que norteou as reformas pedagógicas implementadas pelo linguista e filósofo Humboldt no início do século XIX. Baseada no conceito de “Bildung” (nascido na segunda metade do século VIII, que circunscreve todo o contexto de formação cultural), a educação sob este prisma tem o sentido de processo pelo qual o homem se torna humano. Educação que preza o desenvolvimento humano através da prática, que é entendida como a principal formadora da consciência. Não somente onde são desenvolvidas habilidades natas individuais, como também prepara o homem através de suas vivências, construindo sua visão de mundo, consciente de sua responsabilidade enquanto membro da sociedade em que vive (SUAREZ, 2005, p 56).

2 Kindergarten - Conceito criado em para designar os centros de educação infantil em 1840 por Froebel, educador alemão que observou a importância do lúdico no desenvolvimento cognitivo e social infantil. Ao brincar a criança se utiliza de práticas de seu interesse que interagem com o seu modo concreto de pensar, que ao ocorrer de forma prazerosa, viabiliza a experiência bem sucedida da aprendizagem. Froebel foi um dos primeiros educadores a ter essas percepções sobre o comportamento de crianças pequenas, um dos fatores que o fez criar os centros de educação infantil que denominou Kindergarten, ou Jardim de Infância, fazendo uma analogia às plantas que ao brotarem precisam ser bem cuidadas para dar bons frutos, pois acreditava que a educação é o que pode tornar a sociedade mais justa e igual, aquela responsável pela unidade social de um país que conduz ao desenvolvimento e progresso. Preconizava a livre expressão de movimentos nas atividades durante a primeira infância para que pudesse acontecer naturalmente o autoconhecimento, conhecendo a si própria, a criança consegue entender seu lugar na sociedade ao mesmo tempo em que consegue praticar alteridade, tendo como consequência a adoção de posturas mais colaborativas e mais socialmente conscientes (KISHIMOTO, 1996, p 13).

3 A escola libertária foi o modelo de educação seguido pelo Anarquismo o qual atribuía à educação o papel de conscientizadora e transformadora da realidade. O Anarquismo foi um movimento cuja filosofia estava pautada na autogestão enquanto nova ordem política, situando-se entre o socialismo e o capitalismo. Sua premissa básica era a horizontalidade da sociedade que deveria ser comandada por quem de fato a sustenta: os operários e trabalhadores. Desta forma, praticando a verdadeira democracia, abolindo totalmente o Estado como organizador e gestor dos interesses públicos. No Brasil, a experiência pedagógica de inspiração libertária, organizada com base nos princípios da Escola Moderna de Barcelona, foi de grande importância para a educação dos trabalhadores brasileiros, chegando a se constituir quase que na única escola a que efetivamente tinham acesso, dado o desinteresse do Estado pela educação do povo. As escolas

ideais anarquistas e os difundiram principalmente através das escolas formadas por e para operários e filhos de operários, caracterizando a primeira experiência em Educação Social no Brasil (MACHADO, 2012).

O termo Pedagogia Social foi pela primeira vez citado no Brasil pelo sociólogo e educador escolanovista Fernando de Azevedo que compreendia a educação como transformadora da realidade. Fernando de Azevedo chegou ao posto de diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal durante os anos entre 1926 a 1930.

Fundamentado nos preceitos de John Dewey, filósofo americano que, em linhas gerais, atentou para a relevância das práticas sociais na construção dos saberes, Azevedo iniciou um processo de reformas educacionais jamais vistas até então, preconizando a escola pública, laica, obrigatória e gratuita para a toda a população, convicto de que uma nação apenas poderia se desenvolver se o seu povo tivesse acesso à cultura e à instrução.

Em consonância com o viés nacionalista do governo do qual integrava, este intelectual enxergava na educação um instrumento para a construção de uma cultura verdadeiramente nacional, capaz de ascender o país social e economicamente. Era um visionário que pretendia transformar e democratizar não somente a educação institucional, mas como também pretendia através da educação, conseguir uma ressignificação de valores a partir da transformação das posturas individuais ainda muito arraigadas no elitismo.

O sentido de social atrelado à Pedagogia por Azevedo reforçou a necessidade de prover uma educação que pudesse construir uma identidade cultural própria revalidada por ares democráticos, ao mesmo tempo em que voltada para o desenvolvimento e progresso do país. Como podemos perceber nesse trecho do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento do qual foi um dos signatários:

libertárias não se atinham apenas ao ensino regular para as crianças, ofereciam também, para os adultos, ensino profissional e ainda, através dos Centros de Cultura Social, realizavam palestras e conferências à noite ou aos domingos - as chamadas Sessões de Propaganda Científica. Verifica-se assim, que apesar de pouco lembrada e referenciada, a educação anarquista foi importante não apenas para a “Instituição Escola” e para o seu fazer pedagógico, mas também para a própria Pedagogia, que incorporou muitos de seus princípios (KASSICK, 2008, p. 142).

Mas, de todos os deveres que incumbem ao Estado, o que exige maior capacidade de dedicação e justiça e maior soma de sacrifícios; aquele com que não é possível transigir sem a perda irreparável de algumas gerações; aquele em cujo cumprimento os erros praticados se projeta mais longe nas suas consequências, agravando-se à medida que recuam no tempo; o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, de certo, o da educação que, dando ao povo a consciência de si mesmo e de seus destinos e a força para afirmar-se e realizá-los, entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com a consciência humana (Portal HISTEDBR, 2013).

A preocupação de Azevedo em “evoluir” o pensamento da sociedade da época para um modo de pensar e agir mais democrático através da educação pode facilmente ser percebido em suas afirmações:

(...) que os povos acomodam-se no interior das velhas estruturas, cabendo à pedagogia social fazer com que se liberem das amarras da tradição. A Tradição, para os pioneiros, não era peso morto que se prolongava pelo tempo; ao contrário, era força viva e atuante que agia no presente. Daí a necessidade de uma revolução cultural (MONARCHA Apud MACHADO, 2012, p. 58).

No decorrer dos anos 60 e 70 a Pedagogia Social foi novamente vivenciada pelas práticas da educação popular com jovens e adultos do meio rural, orientada por Paulo Freire, muito embora não tivesse ainda sido denominada como tal.

O trabalho de Educação Social realizado por Paulo Freire era pautado numa prática educativa que correlacionava o conteúdo ensinado às experiências vividas pelos educandos, abandonando a velha forma mecanicista de ensinar e aprender. Possibilitando desta forma, não só o acesso ao conhecimento, mas também a conscientização crítica do lugar na sociedade em que cada um ocupa e de sua responsabilidade enquanto ator social. Por esta razão a pedagogia praticada por Freire ficou conhecida como pedagogia libertadora, por libertar as mentes da prisão de velhos moldes e formatações mecanicistas e alienantes.

A prática educacional dialética de Freire se contrapunha ao que o próprio designou ser “educação bancária”, aquela em que o aprendiz ou o aluno (do latim “a” -

sem, “luno” - luz) como são considerados por esse tipo de educação, recebe depósitos de conhecimento como se fosse uma “conta bancária vazia” a ser preenchida pela verdade de outrem. A pedagogia emancipadora e crítica de Freire fortaleceu a concepção de Pedagogia Social europeia e ajudou a estruturar o trabalho da Educação Social no Brasil, expandindo horizontes para os subseqüentes trabalhos educacionais realizados pelos movimentos sociais em associações comunitárias.

Na década de 90 é que o conceito passou a ser mais difundido, alicerçado nos estudos de autores espanhóis (Trilla, Petrus e Fermoso) e adequado à realidade urbana brasileira, com sua população crescente numa estrutura desordenada e à margem dos bens sociais.

Por ser uma prática relativamente recente no nosso país, ainda não possui grande quantidade de publicações acadêmicas e pesquisas científicas que a defenda, divulgue e lhe conceda seu devido valor. Fato que não possibilita ainda a Pedagogia Social ter o status de ciência. Contudo, isso não diminui sua relevância no cenário político-social atual.

1.2.1: O sentido da Pedagogia Social no País

Na tentativa de construir um acervo documentado e estabelecer as teorias da Pedagogia Social estruturadas sobre nossa realidade brasileira, alguns educadores/pesquisadores intensificaram os estudos sobre essa área de atuação e produziram as primeiras obras literárias nacionais sobre o tema.

O trabalho teórico no Brasil basicamente teve início no Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) em Campinas, no Estado de São Paulo, a partir da união de ideais comuns e práticas que intencionavam o uso da pedagogia para a sua finalidade real e própria, o desenvolvimento e formação do homem social. Encontraram apoio na UNISAL por esta instituição ser conduzida pela filosofia filantrópica dos Salesianos, praticadas sob a influência dos ensinamentos de Dom Bosco, muito embora não seja exatamente esta a filosofia (caritativa), a dos autores pioneiros em Pedagogia Social no Brasil. A filosofia que os unia é aquela baseada nos princípios de solidariedade e igualdade que visa à inclusão por meio da conscientização e emancipação.

Os esforços destes educadores para aprofundar e difundir o campo de atuação da Pedagogia Social teve êxito considerável a ponto de conseguirem difundir o conceito que norteia as práticas da Educação Social no Brasil, no XVI Congresso Mundial de Educadores Sociais.

Através das pesquisas acadêmicas oriundas do que foi o primeiro curso de mestrado do Brasil na área, os mestres em Educação Social foram os responsáveis pela fundação da Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES). Alguns dele são também autores das primeiras obras no Brasil da literatura sobre Pedagogia Social, como as professoras Sueli Maria Pessagno, Inês Olinda Botelho e o professor Juliano Mota Parente.

Esta instituição fundada em 2006 dentre outras ações, preconizou a importância da formação do profissional atuante em Educação Social e conseguiu inserir o Brasil no contexto da Pedagogia Social internacional, fato que possibilitou a troca de experiências e o aprendizado a partir do conhecimento dessas práticas em outros países onde essa experiência já era bem sucedida.

A união desses educadores se estruturou na comunhão de ideais que pretendiam colaborar com a realidade social de nosso país, através do trabalho pedagógico com crianças das classes desfavorecidas, permitindo que por meio da educação se conscientizem e usufruam de seus direitos sociais.

Frente às impossibilidades de realizarem esse trabalho da maneira satisfatória, esses educadores encontraram na proposta pedagógica pautada na relação educadores/educandos dos Salesianos, um ideal comum que precisava ser aprofundado por estudos e pesquisas a fim de se consolidarem como metodologia norteadora da Educação Social.

Fundamentados nos objetivos teóricos da Pedagogia Social consolidados no contexto internacional e concretizados pelas práticas em Educação Social, o sentido desse trabalho em nosso país foi possibilitar que jovens excluídos pudessem exercer seus direitos através de práticas que privilegiassem as relações sociais vivenciadas no processo de aprendizagem. Relações sociais estas que sejam facilitadoras de uma conscientização de seu papel enquanto cidadãos de direitos no contexto de uma sociedade democrática, conforme afirma Sueli Maria Pessagno Caro:

Com a possibilidade de cursar o mestrado, focamos nossa atenção nas necessidades psicológicas dos adolescentes que demonstraram plenas possibilidades de se desenvolverem e que apenas necessitavam de oportunidades. Começamos então, a nos preocupar com os profissionais que estavam presentes em suas vidas e que podiam ser a grande referência para aqueles adolescentes. (...) a principal preocupação era oferecer uma conscientização de viver em uma sociedade de direitos que deve se preocupar com a formação e promoção dos jovens (CARO, 2010, p. 46).

Desta forma, a Pedagogia Social vai se consolidando como teoria que fundamenta e orienta as práticas da Educação Social que objetivam possibilitar a inclusão social por meio da educação àqueles que, por inúmeras razões ainda encontram-se à margem desse direito universal.

Capítulo 2

Pedagogia Social: Diálogos Possíveis

Buscando compreender as razões pelas quais o direito à educação não vem sendo exercido de forma plena e satisfatória por grande parte da população no nosso país, procurou-se investigar como este alicerce social humano vem sendo considerado no decorrer do nosso contexto histórico.

As múltiplas faces da educação impedem o reducionismo de suas formas de se expressar. Se a própria educação enquanto processo formador se mostra como algo diverso, democrático, múltiplo, porque então reduzir toda essa multiplicidade a apenas poucas metodologias e espaços?

Sob este enfoque será abordado neste capítulo o percorrer da educação até o seu reconhecimento como direito básico e universal e as tentativas e esforços para a sua efetivação por meio de políticas públicas. E ainda algumas das possíveis formas de oferecimento da educação, ainda que extraoficiais por meio da educação não formal e a urgente necessidade de serem consideradas e reconhecidas como legítimas e essenciais para o atendimento integral dessa necessidade básica humana.

2.1: Educação como Direito Social

Embora sempre tenha existido a consciência do caráter substancial da educação, esta somente foi reconhecida como direito social em nosso país a partir de 1988. Após atravessar um longo período de silêncio e privações regimentados por uma ditadura repressiva e opressora, nosso país clamava por vivenciar sua cidadania e sob esta intenção uma nova Carta Constitucional foi instaurada a fim de assegurar novos tempos de liberdade e democracia.

A Constituição Federal (CF) de 1988 nasceu de um momento em que o país aspirava ansiosamente por igualdade, pela livre expressão de pensamentos, pelo respeito aos direitos humanos, pela dignidade. Neste contexto, a educação foi proclamada como o primeiro dos direitos sociais pela CF pelo seu caráter emancipatório e universal.

Inspirada nos preceitos igualitários, a Constituição Federal agora intitula o direito à educação e o redige como obrigação daqueles que representam a vontade do povo (Estado), como também reforça a importância da colaboração daqueles que interagem dentro do mesmo espaço e estão envolvidos nas relações sociais (sociedade civil), para que todos igualmente possam ter acesso àquilo que é entendido como uma necessidade básica, elementar e que deve ser suprida para a vida em dignidade, conforme os artigos 205, 206 e 208 do capítulo III citados abaixo:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

A partir de 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN), esse direito é reforçado e de fato incorporado à educação o conceito de base, aquilo em que se alicerça o sujeito para que se forme o cidadão, consciente de seu lugar no mundo e de sua responsabilidade enquanto membro integrante e atuante da sociedade.

A educação básica foi assim considerada como conceito que pretende reorganizar a nova realidade sob um novo olhar e sob uma nova perspectiva. Passa a ser denominada como direito básico e fundamental a partir de que se compreende a urgência em reajustar o sistema organizacional do ensino a uma nova realidade que clama por uma democratização do conhecimento (CURY, 2002).

Além do reconhecimento da educação como um direito básico, fundamental à formação do homem, a LDBEN nº 9.394/1996 também passa a entender a educação infantil como a primeira fase da educação básica, garantindo a gratuidade, porém não a obrigatoriedade, também para esta faixa etária.

No ano de 2005, uma emenda constitucional na LDBEN (Lei nº 11.114 de 16 de maio) fez uma significativa modificação estendendo o ensino fundamental de oito para nove anos e com início aos seis anos de idade.

Muito recentemente, mais precisamente em abril de 2013, uma nova lei é oficializada e altera a LDBEN no que tange à obrigatoriedade da Educação Infantil e Ensino Médio. A LDBEN já considerava estes dois segmentos como constituintes da educação básica, porém, a obrigatoriedade destes dois segmentos só foi reconhecida com a lei 12.796.

Com isso, a partir de 2016, todas as crianças deverão ser matriculadas na educação básica a partir dos quatro anos de idade (pré-escola) devendo seguir até os dezessete quando provavelmente finalizará o Ensino Médio.

Portanto, o ensino gratuito e obrigatório oferecido para a população, pelo Estado se estende agora da pré-escola na educação infantil ao ensino médio, abarcando desde a primeira infância até o final da adolescência. Sabemos que outros avanços são necessários, envolvendo a família dessas crianças chegando ao sistema escolar, principalmente, na estrutura de formação e atuação dos professores para a educação básica.

Sendo assim, a educação em nosso país é estabelecida como um direito básico, fundamental e universal para a construção do ser social, aquele que vai agir no âmbito social modificando a realidade e sendo modificado por ela. Então, conclui-se que toda forma de educação que possibilite o acesso a este direito é válida e legítima, ainda que não ocorra necessariamente dentro do espaço escolar. Essa afirmação é facilmente compreendida na CF, esmiuçada na LDBEN nº 9.394/1996 e reiterada na Lei nº 12.796/2013:

Art.1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art.2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Lei nº 12.796/2013, Título III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar).

Todo o aparato legal construído durante o processo de redemocratização do nosso país continha em si a promoção da equidade, esta que deveria ser concretizada por meio de ações estatais. O Estado foi então redefinido como órgão regulador e conciliador entre interesses econômicos e sociais, responsável por elaborar estratégias (políticas sociais) que direcionassem ações (políticas públicas) a garantir o suprimento das necessidades sociais básicas.

É nesse novo cenário em que a educação passa a ser concebida, como um dos objetivos das muitas políticas sociais implementadas no novo Estado democrático de direitos da República Federativa do Brasil. Dotando nosso país com as mesmas características de funcionamento dos Estados ocidentais modernos, que apesar de possuírem uma economia fundamentada nos princípios liberais, não abrem mão da defesa dos direitos humanos fundamentais (SANTOS, 1987).

2.2: Educação e Políticas Públicas

Mesmo que tenha sido reconhecida toda a dimensão formativa que a educação apresenta, limitar este reconhecimento apenas aos escritos das leis, sem propiciar na prática toda a infraestrutura necessária para o seu desenvolvimento, quer dizer o mesmo que não possibilitar o usufruto desse direito.

Quando se faz menção à infraestrutura, significa avançar em políticas públicas que garantam a manutenção dos meios para que o caráter universal da educação se estabeleça. Políticas públicas que devem ser entendidas como acordos entre Estado e população no que tange à garantia do exercício de direitos e cumprimento de deveres. Acordos estes

que precisam ser mantidos, independente da ideologia política implementada durante os governos transitórios e que principalmente considerem o caráter múltiplo da educação.

A partir dos marcos normativos defensores dos ideais democráticos para a educação, esta passou a ser entendida em toda a sua totalidade e multiplicidade enquanto formadora integral do homem, evidenciando que seu locus de atuação ultrapassa os muros escolares.

O mundo todo é um grande espaço educativo, as relações informais ensinam a viver em sociedade e são experimentadas dentro e também fora do ambiente escolar. Com isso, continuar direcionando o foco da ação educativa apenas para a escola, é fragmentar o seu verdadeiro sentido. Como sugere MACHADO (2009), a sociedade, acompanhando o ritmo de evolução do mundo, cada vez mais complexa, múltipla e interligada, não tem mais todas as suas necessidades educativas supridas pela escola. A sociedade que conhecemos atualmente vem apresentando significativas e constantes transformações decorrentes de alguns fatores que exprimem a modernidade.

Dentre estes fatores estão os avanços científicos e tecnológicos, aumento do consumismo, maior acesso à informação, maior alcance da mídia, urbanização crescente e desordenada, inserção no mundo do trabalho por um contingente cada vez maior, caracterizando avanços econômicos, mas que trazem como ônus muitos problemas sociais. Esta nova configuração da sociedade, resultante do processo evolutivo da humanidade, exige em contrapartida uma atuação mais incisiva do Estado que necessariamente deve reorganizar suas ações públicas a fim de manter assegurados os direitos sociais de seus cidadãos.

As políticas públicas para educação das quais dispomos hoje, tentam estabelecer ações que habilitem a escola a lidar com problemas sociais cada vez mais crescentes e complexos, consequentes dos fatores acima citados. Por meio de documentos oficiais como os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), as ações estatais têm procurado tratar essas questões trazendo para a escola toda a responsabilidade educativa, incorporando inclusive a parte atribuída à família e às outras relações sociais, sobrecarregando a instituição (ainda que não seja esta a intenção), que por não estar preparada, não consegue preencher todas as lacunas deixadas pelos demais atores sociais envolvidos no processo educacional. O que reitera essa afirmação são os resultados do

trabalho educacional feito pela escola, que apesar de todos os esforços, nem sempre consegue superar as expectativas no que se refere à formação integral de crianças e jovens. Como afirma SILVA (2010):

O cenário possível de ser traçado a partir desta análise bastante simplificada é que a escola, de fato, exerce hoje as funções educativas básicas que historicamente se atribuiu à família, assim como constitui o principal instrumento para a execução de políticas sociais e setoriais, que tem na inclusão social, na formação para a cidadania e na redução de desigualdades sociais os seus três pilares de sustentação.

Esse novo cenário, irreversível sob todos os pontos de vistas, exige uma melhor instrumentalização da escola pública para dar conta de suas crescentes tarefas, o que torna oportuno pensar o seu reordenamento em função dos instrumentos operacionais, legislativos e jurídicos que a sociedade, o Estado e os governos possuem para a efetivação da doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente (SILVA, 2010, p. 79).

A urgência de uma reavaliação das políticas públicas para a educação se reflete no reducionismo da totalidade que a educação tem a oferecer por estar concentrada “oficialmente” apenas dentro do espaço escolar, somado a uma dinâmica organizacional que vem se tornando insuficiente, precisando realinhar-se às novas necessidades educacionais da sociedade. O que tem como consequência, “o atendimento às necessidades da população por novos sujeitos sociopolíticos e culturais, muitos deles institucionais como as fundações e entidades do Terceiro Setor”, como aponta GOHN (apud MACHADO, 2009, p. 113).

Considerando uma dimensão ainda maior, verifica-se igual urgência na elaboração de estratégias para ações públicas que apresentem como uma das características, o aspecto preventivo, que preconizem uma ressignificação de valores, a fim de que seja evitada a violação de direitos humanos universais duramente conquistados ao longo dos anos.

Assim como defendia Fernando Azevedo no Brasil do início do século XX, quando se referiu à Pedagogia Social como estratégia de ação preventiva, como também foi trabalhada antes disso, na Alemanha do século XIX e da mesma forma que entendeu GRACIANI (2012):

A prevenção é uma diretriz que possibilita o estabelecimento de atitudes, hábitos e parâmetros a serem desenvolvidos ou evitados diante dos direitos e deveres preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. As políticas públicas de prevenção bem realizadas favorecem a antecipação de resultados previstos nos orçamentos de uma gestão, bem como auxiliam o desenvolvimento peculiar de crianças e adolescentes, garantindo a dignidade e “[...] *pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor*”, como institui o artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (GRACIANI, 2012, p. 97).

Ações que se tornam preventivas por fazerem emergir o sentimento de união e pertencimento, o que suscita não só a integração como também a coesão da sociedade (OLIVEIRA, 2011), que uma vez interligada pelos mesmos propósitos, consegue somar as forças necessárias para a sua propulsão ao desenvolvimento e ao progresso. Entendendo que, ao considerarmos toda a complexidade e pluralidade presentes na educação, por meio de processos educativos que contemplem uma formação integral, é possível de fato chegarmos a uma mudança de paradigma.

A sociedade atual clama por uma escola pública que atenda suas demandas por novos valores, por posturas democráticas, por senso coletivo, por respeito à diversidade, por solidariedade, por arte, por inclusão digital, por acesso à nossa regionalidade e cultura, por acesso às línguas estrangeiras, por esporte, por ética, por cidadania. Demandas que talvez, nem mesmo grande parte da população perceba a existência, mas que se atendidas, farão uma significativa mudança na vida de todos. Demandas das quais nossa escola pública não consegue ainda responder sozinha.

Nesse sentido, reconhecer a necessidade de reforços, como no terceiro setor⁴ não é abrir mão de suas atribuições, não é transferir suas responsabilidades. Ao contrário, é dar

4 Entende-se por Terceiro Setor, as instituições que embora privadas, fazem um trabalho de interesse público, direcionadas às questões sociais. No chamado Primeiro Setor está o Estado que tem como finalidade a defesa dos interesses públicos, com o dever de oferecer serviços que atendam às necessidades básicas coletivas. No Segundo Setor encontram-se as empresas, direcionadas a atenderem os interesses privados, seguindo a lógica do mercado. E no Terceiro Setor estão as Organizações Sociais (OS), as Organizações Não-Governamentais (ONG), as Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIP), os movimentos sociais, as Fundações, Institutos e todas as entidades que tem como objetivo solucionar de alguma forma os problemas sociais. Exercem as funções que cabem ao Estado, mesmo não sendo órgãos estatais. Porém, também não fazem parte da iniciativa privada, pois não visam lucros (FERNANDES, 1994).

continuidade à sua missão de universalização, possibilitando a todos, sem distinção, a oportunidade de receber a maior riqueza da humanidade que é a educação.

2.3: Educação não formal: Prática da Pedagogia Social como complementação do atendimento ao Direito à Educação

Como já citado neste trabalho, a educação social é a pedagogia social traduzida em práticas sócio-educativas que intencionam a democratização do conhecimento e a formação cidadã. Pois que, o conhecimento é entendido pela pedagogia social como o meio pelo qual o homem se torna livre para realizar suas escolhas e para acompanhar o ritmo de evolução do mundo, sendo este o objetivo teórico de suas ações práticas. Seja este conhecimento, o científico, o artístico, ou outras práticas sociais como o esporte, o cooperativismo, dentre outros saberes tão necessários para a formação humana.

Entende-se então por educação social todas as práticas educativas que acontecem em diversos âmbitos sociais objetivando atingir aqueles que estão à margem da sociedade, orientadas para reintegrá-los, tendo como lugar de atuação as comunidades carentes, as associações comunitárias, os movimentos sociais, as populações migrantes, as instituições penais, instituições psiquiátricas, instituições de reabilitação para dependentes químicos, as comunidades carentes e até mesmo as ruas. Mesmo trabalhando com a diversidade de pontos de atuação, todas as práticas em Educação Social possuem a mesma finalidade: a inclusão e integração social.

O trabalho da Educação Social vislumbra uma sociedade mais justa por meio de ações que propõem uma ressignificação de valores, ainda que sejam realizadas em diversos lugares, a partir de múltiplas formas, como referenciou GADOTTI (2002):

A diversidade é a marca desse movimento de educação social, popular, cidadã, cívica, comunitária. Trata-se de uma rica diversidade que precisa ser compreendida, respeitada e valorizada. A primeira impressão que se tem é de fragmentação, mas se olharmos o conjunto desta obra, veremos que ela está unida - “cimentada”, como diria Antonio Gramsci (1968) - por uma causa comum, chamada pelos movimentos sociais de “outro mundo possível”. Essa diversidade tem em comum o compromisso ético-político com a transformação da sociedade, desde uma posição crítica, popular, política, social e comunitária. (...) chegando muitas vezes até onde o poder público não consegue chegar. Impossível ignorar toda essa energia positiva em favor de outro mundo possível (GADOTTI, 2002, p. 08).

No decorrer do desenvolvimento dessas práticas, muitas e também diversas denominações tentaram classificar o trabalho da Educação Social, o que segundo alguns estudiosos da área, conduziram a certa segregação.

Segundo alguns autores, ao insistir em dividir a educação em formal (aquela que acontece dentro das escolas) e não formal (a Educação Social, aquela que acontece nos demais espaços que não são os escolares), atribui-se automaticamente uma dicotomia a um processo que é único, embora diverso e múltiplo. São colocadas em confronto todas as possibilidades autênticas de educação, posicionando a Educação (Social) não formal em situação desprivilegiada em relação à Educação formal, esta que por sua vez, acaba sendo validada como única referência.

Contudo, aqueles que fazem uso do termo Educação não formal, se utilizam desta expressão apenas por alusão aos locais onde acontecem também importantes práticas educativas, que não são os mesmos onde tradicionalmente foi destinado para tal fim (a escola). Entendem a “não formalidade” por se tratar de um processo educativo que ocorre fora dos espaços oficializados e que por esta razão, não tem a preocupação em ministrar disciplinas formalizadas, nem precisam seguir diretrizes curriculares padronizadas, conseguindo ser mais flexível e natural ao abordar algumas temáticas de modo mais coerente com a realidade com a qual vão interagir. Refere-se a um tipo de educação que pretende relacionar conhecimento com “as práticas da vida”.

No entanto, a educação que propicia não é considerada menos relevante que aquela que ocorre dentro dos espaços oficiais de ensino. Nesse sentido, GADOTTI (2002,

p. 09) vem afirmar: “O conceito de educação ultrapassa os limites do escolar, do formal e engloba as experiências de vida, e os processos de aprendizagem não formais, que desenvolvem a autonomia tanto da criança quanto do adulto”.

Justamente por não estar engessada por normas burocráticas, subordinada a hierarquizações e pareceres avaliativos padronizados, a Educação não formal consegue fazer um tipo de educação que vai além da apreensão de conteúdos disciplinares, como é a educação escolar. Muito embora hoje nas escolas já se trabalhe com currículos não tão conteudistas, considerando práticas educativas menos conservadoras e mais formativas, o que acaba também atribulando a escola com muitas tarefas, refletindo em resultados defasados de seu trabalho.

A educação não formal tem na sua essência o caráter formativo, a vontade de socializar o conhecimento através de processos educativos voltados para uma ressignificação de valores e posturas, consolidando-se como uma complementação da Educação formal, trabalhando em parceria com a escola na finalidade de construir cidadãos críticos e conscientes de sua importância e responsabilidades.

No trabalho aqui apresentado será adotado o termo Educação não formal, como uma das possibilidades práticas da Pedagogia Social na defesa da educação para a formação cidadã, por se entender por “não formal” aquilo que não tem a pretensão e nem a obrigação de atender às demandas burocráticas, mas tem sim como única intenção e objetivo, construir o gosto pelo conhecimento, propiciar a vontade de crescimento, incentivar a curiosidade, formar o homem em toda a sua plenitude social e cultural.

2.4: Pedagogia Social e Organizações da Sociedade Civil: Complementando a Educação Escolar para o Atendimento Integral do Direito à Educação

Este subcapítulo será dedicado à apresentação das Organizações da Sociedade Civil (OSC's) como instituições que trabalham em parceria com o Estado, como uma forma de autogestão da sociedade, oferecendo suporte ao governo para o atendimento de suas próprias necessidades. O que as torna interessantes para o estudo aqui discorrido, pois que algumas delas direcionam seus trabalhos para a Pedagogia Social.

Muitas destas organizações se dedicam às questões educacionais, por ser a educação um dos principais interesses coletivos, constituída como direito, qual o Estado ainda não consegue sozinho garantir satisfatoriamente. Em algumas dessas instituições a Educação Social se faz presente complementando a educação escolar por meio de processos educativos não formais, confirmando a Pedagogia Social em seus preceitos de educação integral. Educação integral em todos os sentidos, que provém integralmente, inteiramente o homem suprimindo todas as suas necessidades formativas, ao mesmo tempo em que o integra, o conecta com o contexto que partilha com os demais atores sociais.

As primeiras tentativas de atendimento às necessidades básicas da população por parte da sociedade civil ocorreram no Brasil no final dos anos 70 do século XX. Embora o trabalho filantrópico de assistência social já existisse sob o comando de religiosos, principalmente aqueles da Igreja católica, a este foram sendo incorporadas ideias críticas, priorizando a emancipação e a igualdade.

Muitas dessas ideias foram trazidas por teóricos revolucionários, fundamentados nos estudos marxistas que recém-chegados do exílio, trouxeram na bagagem as experiências de outros países e suas sociedades que já sabiam se organizar para exigir seus direitos. Nesse sentido acabaram exercendo influência sobre as atuações religiosas, redesenhando o tradicional trabalho de assistência social da igreja, transformando-o numa espécie de assessoria aos movimentos sociais.

Essa assessoria que pretendia organizar e gerir as ações e aspirações dos movimentos sociais foi o que deu origem mais a frente às primeiras Organizações da Sociedade Civil. O propósito das assessorias dos movimentos populares difere-se das ações assistencialistas e filantrópicas religiosas por estas promoverem a inclusão por meio de caridade, não tratando o problema em sua base, o que acaba resultando numa conformação ao sistema vigente, além de manter certa dependência. Já os movimentos populares sugerem uma ressignificação de valores, fundamentados em pressupostos como a conscientização, a democratização e a emancipação e que por isso acabam por resultar uma mudança de paradigma.

Nos primórdios eram claras as intenções partidárias na assessoria desses movimentos populares (LANDIN, 1993), pois que o envolvimento de ex-exilados e acadêmicos alicerçados em teorias à esquerda do espectro político, reformulou os

propósitos do trabalho das pastorais religiosas. No entanto, essa tendência foi diminuindo no decorrer da história de formação das primeiras Organizações Sociais formalizadas.

Embora a sua origem tenha o final dos anos 70 como data, foi por volta do final dos anos 80 que essas Organizações em prol da defesa dos interesses sociais se institucionalizaram formalmente. Foi quando eclodiu o fenômeno das Organizações Não-Governamentais, as ONG's como ficaram popularmente conhecidas, significando o despertar da sociedade perante seus direitos, que ciente deles, procurava meios para exigí-los. As ONG's são Organizações da Sociedade Civil (OSC's) que pretendem por meio de ações organizadas e formalmente instituídas, atender aos interesses coletivos, realizando um trabalho público, ainda que não façam parte do governo estatal. Por isso a denominação "Não-Governamental".

A economia mundial começava tender ao neoliberalismo, onde a retração das obrigações do Estado para com a sociedade fragilizava cada vez mais o atendimento às demandas sociais, forçando a sociedade civil a se mobilizar a fim de que seus direitos básicos e universais continuassem sendo garantidos.

As ONG's surgem a partir deste contexto, tendo no Brasil uma maior projeção durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, evento promovido pela ONU que reuniu os chefes de Estado dos principais países do mundo com o intuito de debater ações que pudessem conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

A ECO 92, como ficou popularmente conhecida, foi um evento que aconteceu paralelamente à Conferência mundial da Organização das Nações Unidas (ONU), concentrando representantes de ONG's de todo o mundo, que desembarcaram no Brasil, unindo-se às nossas para debates sobre questões ambientais e também para discussões sobre os mais diversos temas de interesses sociais.

Essa "invasão" de ONG's não pôde passar despercebida pela imprensa que acabou divulgando para todo o país essa nova modalidade de entidades civis, que embora já existentes e atuantes, ainda não possuíam tanta visibilidade. Fato que suscitou reflexões acerca das atuações desses dois setores da sociedade, devido ao enorme contingente reunido e organizado formalmente em torno da defesa de direitos humanos e interesses coletivos.

Apesar de se constituírem como instituições privadas, estas organizações recebem subsídios estatais por estarem classificadas segundo as leis do nosso país, como entidades de utilidade pública, por promoverem assistência social e cultural, assim como também estão isentas de impostos pela mesma razão. O que segundo a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), é uma classificação pautada num conhecimento equivocado em relação ao trabalho exercido por essas entidades, que ainda hoje é confundido com trabalho de cunho assistencial e caritativo, como era o trabalho das pastorais religiosas.

A ABONG, enquanto representante formal dessas Organizações defende que o propósito solidário seja reconhecido, aquele que prima pela igualdade sustentada por ideais democráticos, objetivando o desenvolvimento social. A definição que a Associação defende é: “(...) uma organização formalmente constituída, sob o formato jurídico de uma associação civil ou uma fundação, sem fins lucrativos e com o objetivo de promoção e universalização de direitos” (ABONG, 2007).

Sem definições claras quanto ao seu significado e ainda por conta da amplitude de temas abordados dentro do universo de interesses coletivos, as ONG’s estão inseridas no sistema jurídico de forma generalizada e vaga, regulamentadas sob determinações que “(...) envolvem a gestão de uma ampla, complexa e contraditória gama de interesses.” (ABONG, 2007). A ausência de uma legislação específica que regule as ações e o financiamento dessas instituições permite interpretações ambíguas que podem ser usadas como justificativas para os desvios dos recursos recebidos.

Com isso as ONG’s se tornaram alvo de interesses escusos e são usadas por muitos como meios de corrupção e favorecimentos pessoais. Por conta de muitas acusações e fraudes em que as ONG’s foram envolvidas que culminaram numa crise referente à confiabilidade dessas instituições, os legisladores brasileiros, na tentativa de solucionar este problema, instituíram uma nova ordem redigida na forma da lei nº 9.790/1999, onde qualifica todas as “pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público”, diferenciando-as das ONG’s não apenas quanto à denominação, mas também quanto à aplicação e fiscalização dos recursos recebidos, principalmente os oriundos de subsídios estatais. Considerando a definição de:

(...) sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social (Lei nº 9.790/1999).

Resumidamente, uma OSCIP diferencia-se de uma ONG por ter que obrigatoriamente reinvestir o excedente dos recursos subsidiados na própria instituição, o que fortalece a retomada da confiança no trabalho dessas instituições que a partir de então, passam a operar com o conceito de transparência administrativa.

Todavia essa medida não fez cessar as avaliações oponentes dessas entidades que, dependendo de quais questões públicas se ocupem, podem ser consideradas por muitos estatistas ortodoxos, instrumento útil ao neoliberalismo num processo de substituição das responsabilidades estatais. Principalmente aquelas que oferecem serviços educacionais, seja pela realização de atividades sócio-educativas ou pela consultoria em gestão, que são com frequência criticadas como meios neoliberais de privatização da escola pública.

Reforça essa lógica o fato das OSC's também receberem financiamento de empresas privadas, o que as coloca sob acusações de apresentarem inclinações aos interesses do mercado, não podendo por isso, promover uma consciência crítica e emancipadora.

A despeito de análises desfavoráveis, pelo menos no Brasil a atuação das OSC's cresceu significativamente no cenário político-social, acolhida tanto pelo Estado quanto pela própria população, assim como também pela iniciativa privada e com considerável aceitação, o que confirmou sua expansão. Em busca de razões que pudessem justificar a ampliação em números e atuações dessas instituições e de sua aceitação, mesmo perante algumas denúncias e possibilidades do mau uso de recursos subsidiados, algumas pesquisas científicas foram efetuadas e comprovaram a concepção positiva que a sociedade em geral tem sobre as Organizações da Sociedade Civil, sejam elas Fundações, ONG's ou OSCIP's. Como aponta uma pesquisa feita com os formadores de opinião

sobre a representação social de ONG's no município do Rio de Janeiro, de VERGARA & FERREIRA (2005):

A pesquisa objetivou identificar a representação social de ONGs segundo formadores de opinião no município do Rio de Janeiro. Revelou que o núcleo central da representação social de ONGs dos sujeitos pesquisados está constituído por um conjunto de diversas ideias de conotação positiva: ajuda, sociedade, ação social, solidariedade, organização, ação prática, defesa de interesses, participação e alternativa, e uma única de conotação negativa: picaretagem. Essa constatação revela que a sociedade tem legitimado o crescimento das ONGs, percebendo no trabalho por elas desenvolvido colaboração com a resolução de problemas sociais, o que, portanto, orienta a formulação de um futuro conceito. Várias pessoas afirmaram perceber nas ONGs um potencial muito grande para o oferecimento de soluções para os problemas sociais, uma vez que essas entidades possuem maior flexibilidade gerencial e agilidade do que o governo. Diversas citações foram feitas na justificativa dos posicionamentos a respeito do papel das ONGs, tal como a de serem promotoras de *lobbies* democráticos, ou seja, de articulação e busca de defesa dos direitos de setores da sociedade que não possuem muito acesso às formas tradicionais de representação política. Algumas pessoas manifestaram que consideram esse processo uma usurpação, por entidades privadas, de atribuições que deveriam caber ao Estado, e uma privatização de recursos públicos. A maioria dos participantes, no entanto, julgou essa substituição saudável, entendendo que o Estado não tem condições, sozinho, de dar resposta às necessidades sociais e que as ONGs podem executar vários trabalhos com maior eficiência e eficácia. Levando-se em consideração, porém, as justificativas dos respondentes, pode-se deduzir que a percepção que levou ao seu aparecimento na evocação de palavras é a de que a sociedade tem nas ONGs uma alternativa de solução de seus problemas fora do aparato estatal” (VERGARA & FERREIRA, 2005, p. 141).

Colocando sob análise a crítica mais incidente sobre a atuação das OSC's, aquela se refere à substituição do Estado em suas obrigações, pelo menos no que tange à educação, a própria legislação não permite que essas instituições tomem o lugar do Estado, como confirma o item III do artigo 3º da lei nº 9.790/1999, quanto aos seus objetivos: “promoção gratuita da educação, observando-se a forma *complementar* de participação das organizações de que trata esta Lei” (grifo nosso).

As ONG's ou OSCIP's que atuam na área da educação não estão habilitadas a conceder diplomas ou certificados que atestem a formação escolar, justamente por não estarem amparadas por lei para realizar tal ação.

Portanto, as instituições que realizam atividades sócio-educativas complementares por meio da Educação não formal, não conseguem possibilitar o retraimento do Estado em suas obrigações educacionais, não incentivando a consolidação do neoliberalismo. Ao contrário, ao complementar o trabalho da escola pública estatal, estas instituições estão cooperando para a universalização desse direito humano básico ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento coletivo.

Reiterando o papel fundamental do Estado, refutando a afirmativa que a atuação de OS's, OSC's, ONG's e OSCIP's, Fundações, venha a ser uma retirada progressiva do Estado perante suas obrigações, Bresser-Pereira & Grau (1999) concluem que:

Por meio do reforço das organizações não estatais produtoras de serviços sociais, como escolas, universidades, centros de pesquisa, hospitais, museus, orquestras sinfônicas, abre-se uma oportunidade para a mudança do perfil do Estado: em vez de um Estado Social-Burocrático que contrata diretamente professores, médicos, assistentes sociais para realizar de forma monopolista e ineficiente os serviços sociais e científicos, ou de um Estado Neoliberal que se pretende mínimo e renuncia a suas responsabilidades sociais, um Estado Social-Liberal, que por sua vez proteja os direitos sociais ao financiar as organizações públicas não estatais que defendem direitos ou prestam os serviços de educação, saúde, cultura, assistência social, e seja mais eficiente ao introduzir a competição e a flexibilidade na provisão desses serviços. Um Estado que além de social e liberal seja mais democrático, pelo fato de que suas atividades sejam diretamente submetidas ao controle social (BRESSER-PEREIRA & GRAU, 1999, p. 27).

Capítulo 3

O Caso do “Observatório de Favelas”: uma OSCIP a Serviço da Integração Social

À procura de exemplos bem sucedidos de instituições organizadas da sociedade civil que pudessem confirmar o trabalho da Pedagogia Social como complementação para uma educação formativa e integral, apresenta-se respondendo a todos os requisitos da pesquisa, a OSCIP: “Observatório de Favelas (OF)”.

Situada no maior conjunto de comunidades carentes do Rio de Janeiro, a Maré, na periferia da cidade, essa instituição nasceu em 2001 como um programa de formação e pesquisa do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). O IETS também é uma instituição sem fins lucrativos que se ocupa de discutir questões sociais, analisar e propor políticas públicas que possivelmente venham a reduzir desigualdades sociais, melhorando a qualidade de vida da população.

A atuação como programa do IETS forneceu as bases necessárias para que apenas dois anos depois o Observatório de Favelas pudesse se emancipar, devido à expansão do seu trabalho de transformação social, se consolidando como uma das OSCIP’s mais consideradas da cidade em termos de relevância na área social.

Em entrevista (Dezembro de 2013) concedida para a pesquisa desse estudo, um dos fundadores do OF, o geógrafo Jailson de Souza e Silva define que o propósito maior da instituição é projetar uma nova concepção sobre as favelas a partir de intervenções culturais que promovam a conscientização de seus atores sociais sobre seus direitos e que em busca deles se reconheçam e se consolidem como cidadãos. Ao modificar as concepções sobre o espaço territorial que ocupam, vão redesenhando o papel das favelas na geografia social da cidade, extinguindo o estereótipo do morador da favela como aquele indivíduo marcado pelas ausências, através da conscientização das suas potencialidades.

O fundador do OF que se considera um ativista dos direitos humanos desde os treze anos, sempre esteve envolvido com as questões sociais, por ter crescido em comunidades pobres e que nem por isso, desconsiderou as potencialidades latentes das pessoas desses lugares. Passou a infância sendo incentivado pelos seus pais a estudar até conseguir uma

formação acadêmica, que assim o fez graduando-se em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E exatamente na Academia que traduziu todos os seus questionamentos sociais, outrora concentrados e amenizados pela igreja, em respostas que o conduziram ao interesse também pela área política. Chegou a exercer cargos importantes na gestão pública na área educacional, porém preferiu se dedicar à docência e ao seu projeto junto à sociedade civil através da OSCIP que hoje coordena e ajudou a fundar.

Para que o propósito do OF seja alcançado, são elaboradas estratégias que por meio de projetos e ações influenciem as bases da formação social, e que com isso contribuam para uma reformulação das políticas públicas a fim de que estas consigam reduzir as desigualdades e garantam efetivamente a universalização do exercício pleno dos direitos humanos essenciais. Seus projetos visam à formação de novos sujeitos, para isso lançam mão de ações que abrangem desde a educação até políticas urbanas. Essas ações têm como referencial os dois eixos que são as questões centrais da instituição: a desigualdade de territórios e dignidade humana.

O primeiro eixo concerne à desigualdade territorial e disputas de espaços na cidade que existem devido às diferenças. Sob esta orientação a instituição elabora estratégias que promovam a conciliação entre a subjetividade inerente ao ser individual e o convívio com o outro, resultando numa nova concepção sobre o diferente, que passa a ser considerado natural e não inferior. Construídas sob essa lógica a intenção é que as estratégias por eles elaboradas incidam positivamente sobre a questão territorial, redimensionando o papel das favelas na sociedade.

O segundo eixo está relacionado à vida em dignidade, portanto as ações estratégicas do OF nesse sentido são voltadas a facilitar o acesso aos serviços, equipamentos e meios necessários para o exercício dos direitos humanos como educação, comunicação, lazer, arte, segurança, trabalho e cultura.

Pela dimensão da instituição que trabalha com vários projetos, o OF recebe recursos de diversas fontes, na sua grande maioria privados oriundos de organizações internacionais, como Fundação Ford, Instituto C&A, ICCO, UNESCO, UNICEF, assim como também são seus patrocinadores a Petrobrás, Ministério da Cultura, Secretaria Federal de Direitos Humanos, Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

A pluralidade do trabalho educacional dessa OSCIP transparece em muitas de suas estratégias e ações direcionadas à formação cidadã. Através de projetos inovadores e produtores de tecnologias sociais, o OF trabalha em interface com outras OSC's, empresas e setores estatais sempre elaborando novas formas, desenvolvendo metodologias que promovam uma ressignificação das favelas dentro do espaço urbano.

Seu primeiro projeto ainda sob a coordenação do IETS foi o chamado “Rede de Universitários de Espaços Populares - RUEP”. O RUEP foi o precursor de mais um de seus muitos, se não o mais reconhecido e conceituado projeto desenvolvido já como OSCIP, denominado “Conexões dos Saberes”.

O auxílio aos jovens de classes desfavorecidas a quebrar o paradigma de reprodução do elitismo nas universidades, ingressando, permanecendo e persistindo até a graduação é a finalidade desse projeto, que devido ao seu sucesso acabou sendo incorporado como política pública adotada pelo MEC como estratégia utilizada para a promoção da democratização da educação superior. Mantendo parcerias com trinta e três universidades federais de todo o Brasil, o “Conexões dos Saberes” foi premiado por melhor Tecnologia Social no ano de 2005 na categoria Educação, pela Fundação Banco do Brasil.

Outro projeto que vem elucidar a preocupação dessa instituição com as desigualdades e injustiças sociais é o projeto “Prevenção da Violência na Rede de Educação” que embora seja fruto da iniciativa da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, o OF ajuda a implementar nas escolas públicas da Maré.

O trabalho realizado neste caso é o de prevenção e mediação por meio de ações sócio-educativas, das situações de conflitos ocorridos na escola com o atendimento e acompanhamento dos estudantes mais destoantes do seu contexto escolar. O atendimento se estende também aos funcionários, professores e gestores da escola no intuito de ajudá-los a lidar com os conflitos internos sem perder de vista o foco pedagógico de suas funções.

No entanto o trabalho mais significativo no campo da Pedagogia Social realizado pelo Observatório, segundo o próprio diretor da instituição é o projeto ESPOCC – “Escola Popular de Comunicação Crítica”. Trata-se de um curso para a formação de comunicadores populares que se utiliza de diversas técnicas, linguagens e recursos

audiovisuais, baseado no conceito de Publicidade Afirmativa, promovendo campanhas que divulguem as potencialidades das favelas na tentativa de reconceptualizá-las no contexto social urbano. Universidades e grandes agências publicitárias trabalham em parceria com a OF na coordenação da ESPOCC que tem seu núcleo a agência Diálogos, responsável por criar e divulgar ideias que promovam e incentivem o desenvolvimento territorial, produção cultural das periferias e as causas e negócios sociais e comunitários. Esse curso foi o responsável por possibilitar o acesso ao conhecimento e ajudar na descoberta de talentos de muitos jovens oriundos de vários espaços populares da cidade.

A educação formativa se faz presente nesse curso por promover a conscientização desses jovens moradores de espaços populares sobre as desigualdades que os atingem, levando-os a analisar e questionar essa realidade permeada de carências que há muito tempo vem se consolidando como sua única possibilidade.

A crítica emerge quando estes conseguem estabelecer conexões entre suas potencialidades e a realidade na qual estão inseridos, traduzida por meio de linguagens audiovisuais que serão também seus meios de divulgar as afirmações e não mais as negações de seus espaços de origem. Por esta razão a aprendizagem sobre técnicas de comunicação trabalhada sob esta perspectiva, contribui para a formação de novos sujeitos, cientes de sua cidadania e dispostos a ressignificar seu espaço na sociedade.

A OF ainda desenvolve outros trabalhos sócio-educativos em parceria com outras OSC's, como realiza com outra ONG da região, a “Redes de Desenvolvimento da Maré”, (REDES). Interagindo com alguns projetos dessa instituição, como o “Programa Criança Petrobrás” e “Redes de Saberes”. O primeiro projeto dispõe quarenta e três oficinas para crianças do ensino fundamental oferecendo atividades como contação de histórias, artes, música, dança, teatro, línguas estrangeiras, grêmios estudantis, além de fóruns para debates com participação de pais, alunos, professores e funcionários das escolas públicas do local. Já o “Rede de Saberes” oferece cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), vestibulares e concursos de escolas públicas federais como Colégio Pedro II, CEFET e FIOCRUZ, projetos nos quais o OF também atua auxiliando na formação e integração social dos jovens da comunidade.

As estratégias que caracterizam o trabalho realizado pelo Observatório de favelas o inserem na perspectiva da Pedagogia Social, por se pautarem por ações formativas que

sugerem uma análise sobre a configuração da realidade social, propondo uma ressignificação dos valores que conceituam os diversos espaços sociais, de modo mais justo e igualitário.

O desafio a ser superado por essa Organização da sociedade civil, como norteador de suas ações estratégicas é também o cerne de um estudo conhecido como “Sociologia das ausências” que afirma que o “não existente”, o ausente, o que não é valorizado, foi produzido para assim ser aceito naturalmente como algo inferior.

As diversas existências ou culturas que compartilham o mesmo espaço são propositalmente divididas em uma dicotomia perversa que nega e subjuga uma enquanto supervaloriza outra, num processo que se reproduz trazendo como resultado desperdício e desigualdade, tal como é a nossa realidade social. Assim como sugere SANTOS (2004):

A produção social dessas ausências resulta no desperdício das experiências sociais. A Sociologia das ausências visa identificar o âmbito desse desperdício de modo a que as experiências produzidas possam ser libertadas dessas relações de produção, e por essa via, se tornem presentes. (...) a sociologia das ausências só pode ser transgressiva e, enquanto tal arrisca-se a ser desacreditada. De facto o inconformismo e a luta pela credibilidade inscrevem-se nas práticas das lutas transgressivas - que são ao mesmo tempo práticas de ação transformadora e práticas de conhecimento transformador (SANTOS, 2004, p. 17).

Como afirmou BOURDIEU (2002), é preciso uma análise despida de dogmas, uma análise que não aceite a realidade desigual tal qual ela é, que questione a unicidade da cultura dominante, para que seja possível a percepção sobre as potencialidades desses espaços sociais rotulados pelas ausências. As observações conduzidas por um olhar receptivo das vivências e relações no interior desses espaços permitem o reconhecimento de possibilidades de experiências afirmativas. E a partir desse reconhecimento torna-se factível refletir sobre caminhos que facilitem a emergência dessas virtudes a fim de que não se perpetue o cenário de desigualdades e injustiças sociais que há tempos determinam nossa história.

A educação é o caminho mais provável a promover a conscientização e emergência de aptidões naturais e a Pedagogia Social se encaixa nesse contexto

auxiliando o trabalho da educação ao traduzir os conhecimentos habituais nos espaços dominantes em linguagens e metodologias compreensíveis aos espaços populares, promovendo assim a socialização do conhecimento e a democratização da educação. Para BOURDIEU (2002, p. 54), “a consciência desse privilégio proíbe desumanidade, sentença ou barbárie, àqueles que, se for elegível, não são capazes de realizar todo o seu potencial humano”.

Considerações Finais

A Pedagogia Social concorda com a ideia de que o conhecimento por seu caráter universal, e por ser uma busca constante inerente à condição humana, não pode ser dissociado, abduzido, negado, ausente. A continuidade da existência individual depende da existência social e esta só pode ser plena e digna se a necessidade individual por conhecimento for suprida em cada um. É como um movimento circular onde os pontos interdependem uns dos outros para a constituição do todo.

Dessa forma, ampliar o capital cultural de qualquer ser humano é uma atitude notável, digna de reconhecimento de seu traço agregador e emancipatório. A Pedagogia Social pode ser considerada uma aliada na tentativa de solução dos problemas sociais, na medida em que colabora com a democratização da educação. Por meio da socialização do conhecimento, as práticas sócio-educativas da Educação Social contribuem para a conscientização sobre a cidadania impulsionando a busca pelo exercício de direitos e deveres.

Crianças e jovens que tem a oportunidade de entrar em contato com todos os conhecimentos do mundo tem a possibilidade de escolher qual caminho seguir. Uma sociedade verdadeiramente democrática partilha seus saberes no intuito de amenizar desigualdades, pois reconhece de fato a educação como um bem vital, imprescindível à formação humana, característica pela qual foi reconhecida como o primeiro dos direitos humanos. Ao contrário de uma sociedade elitista que julga o conhecimento sob uma lógica dicotômica, que enxerga a educação como privilégio para poucos, colaborando para a reprodução das desigualdades, perpetuando as injustiças sociais.

A educação não pode ser exercida de forma fragmentada, a problemática da escola pública em nosso país é que o acesso a ela foi de fato ampliado, o princípio de universalização foi considerado, porém não é exercido em toda sua plenitude. É bem verdade que o número de escolas e de estudantes brasileiros aumentou no decorrer da nossa história, diante dos esforços do Estado para cumprir as determinações da nossa Constituição. Entretanto, a educação concedida por estas escolas é questionável se analisarmos o grau de conhecimento e formação por ela construído. O que confirma que a

universalização da educação foi respeitada no que se refere à quantidade, porém não em qualidade.

Viabilizar o acesso à escola não significa necessariamente democratizar a educação. Democratizar a educação é conceder igualmente as mesmas oportunidades de formação, não somente quanto à forma (escola como espaço físico), mas também quanto ao conteúdo (conhecimento construído). Democratizar a educação é possibilitar a todos sem distinção a conscientização crítica, é valorizar as potencialidades de todos os atores sociais, em todos os contextos, pois todo indivíduo tem potencialidades. E se negar a enxergar essa verdade, é compactuar com a lógica da monocultura racional, aquela que produz a “não existência” (SANTOS, 2004) intuindo reproduzir os critérios sociais hegemônicos que produzem as ausências.

Conclui-se então que o objetivo deste estudo foi apresentar a Pedagogia Social enfatizando sua importância no processo de democratização da educação. Por conta de sua condição múltipla e diversa, a educação não pode ficar concentrada apenas em poucas metodologias reduzida ao espaço escolar.

Aprendemos em todos os lugares, de forma permanente, mesmo que sem a intenção, ainda que não seja de forma sistematizada, por isso as relações sociais cotidianas também tem papel fundamental no processo formativo. A sociedade é o lugar onde essas relações acontecem, portanto também é um lugar onde existe aprendizagem, e toda tentativa de coordenar essas relações conduzindo-as a um fim educativo é ajudar a universalizar o conhecimento, é ampliar as possibilidades de atendimento às necessidades básicas humanas, garantindo a vida em dignidade.

Nesse sentido a Pedagogia Social é um instrumento de universalização que permite levar ao conhecimento aonde este não chega de forma sistematizada, ou aonde até mesmo chega, mas requer complementação. É o educar para a sociedade, é a educação formativa, a que constrói a criticidade, que conscientiza sobre direitos, que promove o reconhecimento de potencialidades, que descobre talentos, que aumenta a autoestima, que emancipa que liberta que concede oportunidades, que evolui.

Propor estratégias que possibilitem o acesso à construção do conhecimento por aqueles julgados pelas suas “carências”, não é negar a cultura peculiar dos cenários populares, não é recusá-la na tentativa de elitizar seus costumes próprios. Mas sim

possibilitar aos espaços populares, às classes dominadas, a oportunidade de conviver com todas as culturas, com todos os conhecimentos, para que ao deparar-se com eles, estes os pareçam familiares e que a partir disso consigam estabelecer uma relação natural que permitirá uma compreensão sobre o mundo e sua responsabilidade por ele. Outra vez BOURDIEU contribui para fundamentar essa defesa no que definiu como Pedagogia racional, como foi descrita por SILVA (2009):

O que Bourdieu e Passeron propõem, através do conceito de *pedagogia racional*, é que as crianças das classes dominadas tenham uma educação que lhes possibilite ter – na escola – a mesma imersão duradoura na cultura dominante que faz parte – na família – da experiência das crianças das classes dominantes. Fundamentalmente, sua proposta pedagógica consiste em advogar uma pedagogia e um currículo que reproduzam, na escola, para as crianças das classes dominadas, aquelas condições que apenas as crianças das classes dominantes têm na família (SILVA, 2009, p. 36).

Concordando com esta perspectiva podemos concluir que a Pedagogia Social propõe uma ressignificação cultural através de processos sócio-educativos que precisam ainda não ser formalizados para a consolidação de um novo paradigma. Cooperando para equalizar oportunidades de acesso e construção dos conhecimentos essenciais para a manutenção e perpetuação da espécie humana em dignidade, permitindo realizar seu principal sentido de evolução. Pensar em estratégias que possam mobilizar a sociedade civil a reivindicar ao Estado que seu direito à educação seja garantido de forma plena, pode vir a ser um caminho para um início de mudança dessa realidade social desigual que vivemos.

A Pedagogia Social por vias de uma educação não formal realizada pela e para a sociedade, direcionada a essa conscientização cidadã, se apresenta como aliada na tentativa da garantia de seus próprios interesses, na medida em que, uma vez cientes da importância do conhecimento e da educação, ninguém poderá mais iludir, alienar, coagir ou convencer-lhes do contrário. E assim sendo, teremos enfim uma sociedade mais justa e livre.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, J. L.; SOUZA e SILVA, J.; SOUSA, A. I. (Orgs.) (2010) Políticas Públicas e Juventude. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 1.

BAURUS-MICHEL, J. (2002) A Democracia ou a Sociedade sem Pai. In: ARAÚJO, J. N. C., SOUKI, L. G.; FARIA, C.A. P. Figura paterna e ordem social. Belo Horizonte: Autentica.

BELLINATO, R. (2012) Professores Visitam as Casas de seus Alunos: Uma Experiência Interpretada à Luz da Pedagogia Social. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

BRASIL. (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal.

BRASIL. (1996) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Brasília: Senado Federal.

BRASIL. (1999) Lei nº 9.790 de março. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

BOURDIEAU, P. (2002) Meditações Pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. (1999) Entre o Estado e o mercado: o público não estatal. In PEREIRA, L.C. B.; GRAU, N. C. (Orgs.) O Público Não-Estatal na Reforma do Estado. Rio de Janeiro: Editora FGV.

CARO, S. M. P. (2010) Notas Teóricas sobre Educação Social: Desafios e Perspectivas, In: Desafios e Perspectivas da Educação Social: Um Mosaico em Construção. São Paulo: Expressão e Arte.

CURY, C. R. J. (2008) Educação Básica como direito. Cadernos de Pesquisa, v. 38, nº 134, p.293-303, mai/ago.

FERNANDES, R. C. (1994) Privado, Porém Público: O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

FREIRE, P. (1978) Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. (1979) *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação: Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.

FREIRE, P. (1997) *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

GRACIANI, J. S. (2012) Interfaces da pedagogia social em programas socioeducacionais. In: *Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária*. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez.

GADOTTI, M. (2002) Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. In: *Revista Diálogos/ Universidade Católica de Brasília*. p. 01-12, v.1, nº 1 (set). Brasília: Universa.

GOHN, M. G. (2006) Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar.

ILLCH, I. (1985) *Sociedade sem Escolas*. Petrópolis: Vozes.

KASSICK, C. N. (2008) Pedagogia Libertária na História da Educação Brasileira. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, nº 32, p. 136-149, dez. Acesso em 20/10/13. Link: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/32/art09_32.pdf

KISHIMOTO, T. M. (1996) Froebel e a concepção de jogo infantil. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 22, nº 1.

MACHADO, E. M. (2009) *Pedagogia Social no Brasil: Políticas, Teorias e Práticas em Construção*. Curitiba: UFPR.

MACHADO, E. R. (2012) As relações entre a Pedagogia Social e a Educação Popular no Brasil. *Revista Diálogos*. Brasília, v.18, n.2, dez.

MONARCHA, L. (2012) As relações entre a Pedagogia Social e a Educação Popular no Brasil. In: MACHADO, E. R. *Revista Diálogos*. Brasília, v.18, nº 2, dez.

OLIVEIRA, D. A. (2011) Das Políticas de Governo à Política de Estado: Reflexões sobre a Atual Agenda Educacional Brasileira. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, nº 115, p. 323-337, abr.-jun.

ROMÃO, J. E. (2000) *Dialética da Diferença: O Projeto da Escola Cidadã contra ao Projeto Pedagógico Neoliberal*. São Paulo: Cortez.

SILVA, R. (2010) Limites e possibilidades do direito à educação na legislação educacional brasileira. Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá, v. 2, ed. 1, p.79, jul, Cadernos de Ciências Humanas.

SILVA, T. T. (2009) Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias do Currículo. Belo Horizonte: Autentica.

SUAREZ, R. (2005) Nota sobre o conceito de Bildung (formação cultural). Kriterion: Revista de Filosofia, vol.46, nº 112, Dec. Belo Horizonte.

SANTOS, B. S. (2004) Fórum Social Mundial e as Sociologias das ausências. Fórum Social Mundial: Manual de Uso, Madison, p.17-18, dez.

SANTOS, B. S. (1987) O Estado, a Sociedade e as Políticas Sociais. Revista crítica de Ciências Sociais, nº 23, set.

SEMERARO, G. (2002) Recriar o Público pela Democracia Popular. In: FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (Orgs.) Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro. Petrópolis: Vozes.

SILVA, R.; MOURA, R. A.; NETO, J. C. S. (Orgs.) (2009) Pedagogia Social. São Paulo: Expressão & Arte. v. 01.

SILVA, R.; MOURA, R. A.; NETO, J. C. S. (Orgs.) (2011) Pedagogia Social: Contribuições para uma Teoria Geral da Educação Social. São Paulo: Expressão & Arte. v. 02.

SPOSITO, M. P. (2003) Os Jovens no Brasil: Desigualdades Multiplicadas e Novas Demandas Políticas. São Paulo: Ação Educativa.

SOUZA e SILVA, J.; BARBOSA, J. L. (2002) Observatório Social de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (IETS), v. 3, p. 3-6.

SOUZA e SILVA, J. (2011) Porque uns e não outros: caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro: 7 Letras.

SOUZA e SILVA, J. (2011) Favelas: as formas de ver definem as formas de intervir. Econômica (Niterói), v. 13, p. 47-57.

VERGARA, S. C.; FERREIRA, V. C. P. (2005) A representação social de ONGs segundo formadores de opinião do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Sites:

HISTEDBR. (2013) Navegando na História da Educação Brasileira: Fernando Azevedo. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/f.html> - Acesso: 07/10/2013.

PAULILO, A. L.; BAEZA, T. M. M. (2013) Educação e Elites no Pensamento de Fernando de Azevedo. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/024_andre_teresa.pdf - Acesso: 15/10/2013.

Entrevista:

SOUZA e SILVA, J. (09 de dezembro de 2013) Observatório de Favelas (Entrevista na Sede do OF). Organização de BERBAT, M.C & SOUZA, V. C. Rio de Janeiro: Sede do Observatório de Favelas (OF).